

FÉ E RESISTÊNCIA AO SISTEMA NEOLIBERAL: SALVAGUARDA DA DIGNIDADE E INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

FAITH AND RESISTANCE TO THE NEOLIBERAL SYSTEM: SAFEGUARDING THE DIGNITY AND INTEGRITY OF THE HUMAN PERSON

Fábio Oliveira dos Santos Júnior¹

Resumo: A partir dos Escritos Bíblicos, o presente texto procura mostrar como a fé pode motivar as pessoas a tomarem consciência das situações opressivas em que vivem e a resistirem ao sistema que as produzem e as sustentam. A finalidade última é pensarmos como que a fé genuinamente cristã conduz as pessoas de boa fé a continuarem posicionando-se, com ação de resistência ao que há de drástico na lógica do pensamento neoliberal, com o objetivo de cuidado para com as vítimas deste sistema, que hora propõe formas opressoras e indiferentes. O intuito é pensar meios de proteção às pessoas proporcionando-as o que lhes são de direito: a humanidade, ou mais precisamente, a vida. Afinal, a fé cristã é sinônimo de vida plena, pois é o que Deus tem e oferece para sua criatura.

Palavras Chave: Fé. Neoliberalismo. Dominação.

Abstract: From the Biblical Writings, the present text seeks to show how faith can motivate people to become aware of the oppressive situations in which they live and to resist the system that produces and sustains them. The ultimate aim is to think that genuinely Christian faith leads people in good faith to continue to position, with an action of resistance to what is drastic in the logic of neoliberal thinking, with the objective of caring for the victims of this system that propose oppressive and indifferent forms. The aim is to think of means of protection for human beings by providing them with what they are entitled to, humanity, or, more precisely, life. In the end, the Christian faith is synonymous with full life, for it is what God has and offers for his creature.

Keywords: Faith. Neoliberalism. Domination.

Introdução

Neste início de milênio, percebe-se uma crescente onda de violência solapando, explícita e implicitamente, os direitos que afetam a salvaguarda da dignidade humana em várias partes do mundo. Os noticiários televisivos e radiofônicos, sem falar nas redes sociais, relatam a morte de milhares de civis fugindo de conflitos armados num fluxo migratório cada vez maior, ocasionado pela fome, perseguições políticas e busca por melhores condições de trabalho, a exemplo disto temos a onda migratória de

¹ Mestrando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e Membro do Grupo de Pesquisa José Comblin/PUC-SP. E-mail: fabio-seab@hotmail.com.

pessoas saindo de seus países na esperança – muitas vezes impedida – por uma vida mais humana².

No Brasil, os dados estatísticos dos primeiros meses de 2019 mostram um aumento assustador de feminicídio, conflitos de terra e violação dos direitos dos índios³. Ao olharmos para esse cenário, perguntamo-nos: as benesses prometidas pela sociedade tecnológica e globalizada ainda alimentam a esperança de que possamos viver dignamente e desfrutar de nossos direitos de pessoa? Um olhar mais crítico sobre a realidade mostra um cenário sombrio, pois os níveis de exigência propostos por essa mesma sociedade coloca à margem uma massa cada vez maior de indivíduos dispensáveis e empobrecidos diante de uma minoria cada vez mais rica e com desejos cada vez mais sofisticados.

Diante desse cenário, que afeta indivíduos independentemente de cor, raça e religião, quais os meios de que possamos lançar mão para que tais desafios sejam superados e os direitos humanos sejam melhor defendidos e respeitados? Com efeito, somos efetivamente iguais perante a lei? Num sistema em que o poder do dinheiro seduz e corrompe até mesmo os magistrados, não seriam alguns “mais iguais” do que os outros? Parece que “os direitos humanos” não passam de uma carta de intenções conceitual e abstrata e que não podem ser defendidos se não houver instâncias que zelem por eles e que se empenhem em salvuardá-los, por meio de lutas cotidianas operadas por organizações comunitárias, sejam elas civis ou religiosas.

A história mostra que o desejo por preservar a dignidade humana em diferentes graus esteve sempre presente quando se articularam as lutas de homens e mulheres pela conquista de seus direitos reais: seguridade social, diminuição das jornadas de trabalho, melhores condições de educação, saúde e habitação. Os movimentos sociais organizados pressionando as autoridades civis o atestam. Do lado feminino, é bem verdade que a luta, por direito a voto e paridade social em relação aos homens se tornou

² Temos a triste e chocante imagem de Óscar Martínez e sua filha de um ano e 11 meses de idade mortos na beira do rio Bravo que divide o México dos EUA. Noticiário completo pode ser visto em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/25/internacional/1561496912_818134.html (Acesso em: 27/07/2019 - às 19:00 hs.).

³ No Documento, de Outubro de 2016, da OXFAM Brasil, encontramos que até mesmo lutar por estes grupos se tornou algo muito perigoso. O documento descreve que “A organização Global Witness indica que pelo menos 185 pessoas defensoras de direitos humanos foram assassinadas em 2015 no mundo, das quais 122 na América Latina. A situação dramática continua em 2016: nos primeiros quatro meses deste ano, 24 pessoas foram assassinadas no Brasil. Entre janeiro e março, 19 pessoas defensoras de direitos humanos foram mortas na Colômbia; entre janeiro e junho, 7 na Guatemala; e pelo menos 6 pessoas em Honduras e duas no México foram assassinadas entre janeiro e abril” (OXFAM, 2016, p. 2).

mais expressiva, rompendo as fronteiras da Europa, a partir da primeira metade do século XX.

Essa busca também vem desde a chamada Sociedade das Nações, fundada em Paris no ano de 1919, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, passando pelo pacto *Briand-Kellog*, de 1928, por meio do qual representantes de vários países buscavam estabelecer normas internacionais sobre a ilegalidade da ameaça ou do uso da força militar na solução de possíveis conflitos entre as nações, até a Carta de São Francisco, de 1945, por meio da qual foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de pleitear melhores condições de vida para todos os homens. Porém, foi somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada em 10 de dezembro de 1948, que essa luta recebeu, ao menos teoricamente, um estatuto político internacional. De qualquer modo, é de se notar que os documentos, elaborados anteriormente à DUDH, já visavam salvaguardar a dignidade de homens, mulheres e crianças vulneráveis, frente à violência perpetrada por interesses políticos e econômicos em todos os continentes.

Ao nos situarmos 73 anos à frente do fim do Holocausto, na Alemanha, 65 anos para além do discurso que expressou inconformidade contra a indiferença causada pela segregação racial nos EUA, como também adiante dos 26 anos do Massacre do Carandiru no Brasil, notamos que a violência, em detrimento da defesa dos direitos das pessoas, continua sendo uma verdade em várias partes do mundo. Se atentarmos às péssimas condições de saúde, educação e moradia de grande parte do povo brasileiro⁴, bem como à exclusão de um número crescente de jovens e portadores de necessidades especiais dos postos de trabalho, veremos que os direitos humanos continuam a ser violados.

É por isso que não podemos deixar de descrever a situação social agravada pela hegemonia do sistema econômico neoliberal e mostrar de forma insistente, como bem o faz o Papa Francisco, que os pobres, os trabalhadores e mais particularmente os

⁴ Pesquisas feitas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Oxfam Brasil e o Centro para os Direitos Econômicos e Sociais (CESR) apontam que o Brasil é um dos países com maior índice de desigualdade no mundo, causas que impedem a superação das deficiências descritas, e de muitas outras que dizem respeito ao desenvolvimento humano. Neste sentido, é importante a descrição da pesquisa apontando o atraso do Brasil em diversos setores, por exemplo, na área da saúde e educação, ao invés de vermos progresso nos investimentos visando melhoras, as pesquisas dizem que “Em 2017, as parcelas das dotações orçamentárias com saúde e educação do orçamento federal caíram, respectivamente, 17% e 19%” e ainda “O orçamento autorizado ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Secretaria de Desenvolvimento Agrário em 2017 foi de apenas 31% daquele autorizado em 2014 – um corte de 69% em três anos” (INESC; OXFAM; CESR, 2017, p.4).

migrantes, estão vendo seus direitos duramente conquistados serem paulatinamente confiscados. Nessa direção, este trabalho tem por escopo descrever o modo como este novo sistema econômico vem determinando a maneira de ser e viver de grande parte do globo terrestre. Moldado por uma competitividade constante, por meio da qual o sentido de cooperação é passo a passo desconstruído pela conquista do dinheiro e do poder a qualquer custo, esse *modus vivendi* tem solapado os ideais de solidariedade que pautaram os tratados internacionais supracitados e introduzido em todos os estratos da população o individualismo.

Nesse contexto, até mesmo o Estado, longe de ser um empecilho à lógica neoliberal, se viu transformado em seu mais poderoso aliado, comprometendo seu papel de garantidor do bem-estar social mediando conflitos e redistribuindo a renda por meio de impostos revertidos em benesses para o conjunto da população: educação, saúde, lazer, segurança, etc.

Este trabalho parte de tais observações e procura associar a defesa da dignidade e integridade humanas à prática de fé dos membros das comunidades cristãs. Diante da violação dos direitos necessários à preservação da vida, não somente humana, mas de todos os animais, cabe a pergunta: como as Igrejas, na pessoa de seus pastores, padres, leigos e leigas têm se portado ética e politicamente diante de tal realidade? Qual o seu empenho e colaboração para que os direitos da pessoa humana e o respeito à biodiversidade, sejam priorizados de maneira responsável e respeitosa? Entendemos que a fé pode se transformar num impulso promissor com vistas à transformação da violação dos direitos humanos e do desrespeito à preservação ambiental.

Como cristãos, entendemos a prática da fé em Jesus Cristo, podemos viver melhor e também proporcionar a salvaguarda da dignidade inerente a toda e qualquer pessoa e do respeito e preservação da Criação. Foi assim na comunidade judaica e cristã primitiva⁵, e temos esperança de ser assim também no tempo presente, afinal não seria esse o sentido que Paulo procurou exprimir em sua carta dirigida aos membros da comunidade estabelecida em Roma? Antevendo a glória destinada aos que manifestam sua fé em Jesus Cristo e acolhem como regra de vida seu *modus vivendi*, ele escreve:

⁵ Nas Escrituras Sagradas, vemos os profetas agindo mediante a fé e se posicionando contra ações injustas e desumanas para com o homem enquanto criatura de Deus. José A. Kaefer e Haidi Jarschel organizaram uma obra cujo título é: *Dimensões Sociais da Fé do Antigo Israel*, que pode ser consultado para uma compreensão mais precisa da questão em debate. Encontramos ainda diversas literaturas que apontam o que homens e mulheres foram capazes de fazer, em situações distintas, movidos pela fé, como também textos bíblicos no N.T. que nos interpelam dando-nos a compreensão do que é viver a fé na prática.

De fato, a criação foi submetida à vaidade – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente. (Rm 8, 20-22).

Este artigo busca refletir sobre essas questões em dois momentos. Primeiramente, associando a promoção da dignidade e integridade humana ao plano da Criação e à vontade divina, seguida de uma alusão à tradição eclesial que denuncia a violação dos direitos dos marginalizados. Em segundo momento, visa provocar uma reflexão, descrevendo a agressividade presente no sistema neoliberal como também, apontando-a como promotora de violações dos direitos da pessoa na atualidade, mediante seu padrão normatizador e dominador. Por fim, com um olhar ao que há de nocivo na lógica do pensamento neoliberal, refletir sobre a fé preservando a integridade e a liberdade humanas como parte do projeto Divino.

1. A fé que expressa e aponta os direitos da pessoa humana e denuncia a violação desses mesmos direitos

A fé cristã, alimentada especificamente pelas Escrituras Sagradas, é expressa nas ações de homens e mulheres de boa vontade comprometidos com a justiça e a defesa dos mais vulneráveis. É o que as Escrituras Sagradas irão nos apresentar em suas páginas dentro dos seus diversos contextos e épocas.

Assim, ao nos voltarmos para as Escrituras, poderíamos ressaltar uma quantidade expressiva de textos que nos ajudam a compreender a ligação intrínseca entre a fé cristã e a promoção da integridade e dignidade da pessoa na defesa dos direitos humanos. Voltando-nos para o Evangelho de João, mais especificamente ao décimo capítulo, acompanhamos o longo discurso de Jesus a respeito do Bom Pastor, em oposição à ação dos fariseus e mestres da Lei. Estes, ao invés de se alegrarem pela recuperação da vista do cego de nascença, e, conseqüentemente, por sua integração à vida social e religiosa de Israel, estão mais preocupados com a violação de um preceito legal, ou seja, com transgressão do *shabbat* (cf Ex. 20,8-11). Na perícopé joanina (Jo 10, 1-21), vemos Jesus aludir à figura do Bom Pastor, na linha do profeta Ezequiel (Ez 34, 1ss), que cuida de suas ovelhas e é capaz de dar sua vida por elas (cf Jo 10, 11). O Bom Pastor, cujo modelo é Ele próprio, vem ao encontro da humanidade para que todos

tenham vida e a tenham em abundância (v. 10b). Neste oferecimento de si mesmo (v. 15b), Jesus propõe novamente o que é de direito divino para o ser humano, a vida.

No artigo II da DUDH, lemos o seguinte: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (DUDH, 1948, p.5). No Evangelho de João a expressão textual “... Egw, h=lqon i[na zwh.n e;cwsin...”⁶ não é uma afirmação referente somente à vida eterna. Se assim fosse, ela expressaria uma fé que tende mais a alienar o homem de sua realidade existencial, do que propriamente a desfrutar da dignidade de filho de Deus (Cf. 1Jo 3, 1-3). Uma fé que pensa a vida de modo somente transcendente é uma fé que tende a matar no lugar de fazer viver. Antes, a vida oferecida por Jesus pode e deve ser desfrutada aqui e agora, em dignidade, na esperança de uma plenitude de vida no porvir⁷. O contexto da expressão “vida” oferecida por Cristo, não é muito diferente das questões atuais. Uma vez que a dignidade e o direito das pessoas têm sido solapados. Nessa instância, a fé deve nos mover em busca da vida oferecida por Cristo. Essa vida não é uma mera existência sem sentido; antes, é uma vida que visa à superação das condições de dominação que privam o ser humano do exercício de sua liberdade (Cf. Art. I, DUDH).

Com isso, somos induzidos a compreender a vida como uma dádiva de Deus, uma vez que Ele presenteia o ser humano com o dom da vida e do mesmo modo dignifica-a. Nas Escrituras, é possível perceber um Deus que se encolera e se manifesta contrariamente, mediante seus profetas, a toda ação que deprecie a vida, desconsiderando a mesma como um dom oferecido por Ele [cf. Hab 1, 1-4; Am 4,1-3; Is 9, 7-20; 10, 1-4; Jr 5, 20-31]. Todas essas manifestações de Deus, contrárias à banalização da vida, visam combater, naquele tempo, o que encontramos no artigo V da Declaração dos Direitos Humanos. Este garante que “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (DUDH, 1948, p.6), garantindo o máximo possível de integridade à pessoa humana.

O que está em questão, no posicionamento de Deus, não é simplesmente o fato de alguém estar vivendo em condições de opulência, de luxúria, de extravagância. O que revolta a Deus é que os ricos que assim vivem o fazem às custas da miséria e da

⁶ Tradução da Bíblia de Jerusalém: “[...]Eu vim para que tenham vida [...]”.

⁷ Podemos ainda encontrar um conselho do Apóstolo Paulo a Timóteo [cf. I Tm 2,1-2] que alude ao cuidado que a Igreja deve ter em interceder por todos os homens, inclusos os governantes, no intuito de alcançar uma vida em piedade e dignidade. Embora o termo *bi,on* utilizado por São Paulo é mais genérico quando comparado ao *zwh.n*, pronunciado por Jesus, ambos tomam funcionalidade idêntica quando se percebe a finalidade que deu origem aos mesmos termos, ou seja, ambos os termos são pronunciados num contexto em que a dignidade da pessoa está em questão.

desgraça dos pobres. Frente à injustiça e à violência que “atingem pessoas reais: homens e mulheres de todas as idades, que têm endereço, família e direito à vida, mas cujos direitos básicos lhes são negados” (ROSSI, 2014, p.101), Deus toma partido em defesa daqueles que se viram empobrecidos ao lhes serem negados seus direitos à educação, à moradia, à alimentação e à saúde, por exemplo.

Resta-nos reafirmar que a fé é realmente verdadeira quando se porta em favor dos direitos da pessoa na condição de criatura de Deus; quando é demonstrada na prática. Não é algo que deva permanecer somente nos sermões, nas palestras, ou até mesmo na expressão verbal de tal fé. Esta última deve ser vivida, pois fé é uma expressão de vida. Diante dos desafios propostos pela própria vida, ela incita às ações políticas, culturais, religiosas, econômicas, baseadas no senso de justiça. Afinal, deve haver defesa dos direitos onde reina a prática da injustiça. A fé é resposta de alguém que, de algum modo, foi incomodado por Deus; é uma realidade que impulsiona o homem/mulher à ação, posto que como diz Hannah Arendt, é “com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano” (1995, apud, CASTRO, 2000, p.43). No entanto, para que haja essa ação no mundo humano, em que a injustiça fala mais alto, a fé apresenta-se como um instrumento vigoroso. A fé é uma resposta ao soberano querer de Deus, na preservação e manutenção da vida, e que, por conseguinte, exige um posicionamento de quem faz adesão à interpelação divina.

Não existe fé verdadeira no Deus revelado por Jesus Cristo se ela não se posiciona frente às injustiças, sofrimentos e males que atingem a dignidade humana. Este posicionar-se é da natureza de uma verdadeira fé, como ficou demonstrado nos textos anteriores, em que os profetas são movidos pela inconformidade diante da situação dos pobres e indefesos e pela certeza de que Deus “[...] toma a defesa daqueles que são violentados em seu direito de viver” (SELLIN; FOHRER, 2007, p.643).

O que pretendemos aqui é analisar o posicionamento da Igreja sob uma perspectiva ecumênica, por meio da qual padres, pastores, leigos/leigas, religiosos/religiosas assumem o papel de embaixadores de um Deus que deseja estabelecer a justiça no seio de seu povo, colocando-se ao lado daqueles que são violentados em sua dignidade e sofrem perseguições ao lutarem por seus direitos. Não é possível negar que vivemos num mundo atravessado pela violência que se expressa em diferentes formas, não poucas vezes rodeadas de silêncio. Trata-se não somente da violência explícita motivada pelas guerras, pelo narcotráfico, pelos conflitos de terra, pela ambição desmedida, pela intolerância religiosa e de gênero, mas também da

violência implícita disseminada pela discriminação racial, étnica e, como veremos, econômica.

Dentre as vítimas, as que mais sofrem são aquelas marcadas pela invisibilidade. São invisíveis, pois não estão alinhadas às normas e aos modelos reivindicados pelos sistemas econômicos. A morte de centenas de indígenas, vítimas dos conflitos de terra, passa despercebida quando não se torna um fato explorado pela mídia. As denúncias do Conselho Indígena Missionário (CIMI) só são divulgadas pela rede de informação próprias às Igrejas, mas dificilmente chegam ao grande público.

O mesmo se pode dizer das grandes ondas migratórias, que só atraem a atenção dos meios de comunicação quando milhares de refugiados chegam às fronteiras dos países mais desenvolvidos e industrializados. Na sociedade presente, os dirigentes de instituições políticas e econômicas procuram mitigar a importância das associações de trabalhadores e desviar os holofotes da luta pelos direitos do homem. Estas atitudes só contribuem para o aumento das injustiças contra as quais o Espírito de Deus se posiciona, ao suscitar homens e mulheres de boa vontade para lutar na defesa dos direitos daqueles mais fracos e violentados (cf. Ex 2, 23-25 e Ex 3, 7-12). Por meio dessa luta, “... a solidariedade humana é mantida e intensificada” (BRUEGGEMANN, 2014, p.607), de forma que se busca oportunizar e garantir à criatura humana o mínimo de dignidade.

As pessoas de fé, por conseguinte, mantém viva a convicção de que a situação calamitosa de milhões de pessoas não pode permanecer invisível⁸. O Artigo VI da DUDH afirma que “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.” (DUDH, 1948, p.6), mas, como essas pessoas, apartadas das condições mínimas para entrarem numa sociedade alicerçada no consumo, podem ser reconhecidas?

Essas pessoas que se tornam invisíveis são aquelas que, no âmbito da Antropologia Teológica, Comblin denomina de “não homem”, desprovido, em boa parte, do que lemos na DUDH. Segundo Comblin, o “não homem” é “a pessoa que é impedida por fatores externos – sociais, políticos, econômicos ou psicológicos – de

⁸ José Comblin faz no artigo: *Evolução da Pastoral Urbana*, uma crítica muito pertinente à postura da Igreja para com os desafios que cercam a humanidade nestas últimas décadas. Nesse artigo, ele analisa os problemas que fazem com que a negligência para com os direitos do homem seja nitidamente visíveis e que, portanto, exigem uma ação de todos adeptos/as da fé genuína, conduzindo a pessoa à ação em busca da salvação de sua dignidade visando, por fim, desfrutar da vida tal como Deus deseja, ou seja, em que se tenha sentido enquanto se vive e se desenvolve como pessoa criada a Sua semelhança (Cf. COMBLIN, 1980, p. 33ss).

desenvolver e integrar todas as dimensões humanas no curso de sua história” (1987, apud, SOUZA, 2014. p.569). Trata-se do espelho de uma sociedade, em que, a existência de uma pessoa passa a não ter qualquer valor efetivo e existencial, pois ela não é representativa, não tem força social, é desprovida de quaisquer direitos e dignidade. As pessoas, nessa situação, são os invisíveis dos quais falamos.

É justamente em função de o ser humano ser considerado invisível, com todos os problemas que isso acarreta para a sociedade enquanto tal, que vemos a necessidade de uma fé que denuncie tais violências contra a vida, pois foi para isso que o Verbo se fez carne: “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10, 10b).

Mas, ainda somos desafiados a pensar em questões mais sérias quando o assunto é o direito de pensar, de agir, de falar, de ter, de ser, inerente a todas as pessoas que vivem em sociedade. Sendo assim, a Igreja precisa, ela também, agir com fé e lutar pelos direitos da pessoa humana nas instâncias sociais e políticas, e não somente nos âmbitos eclesiais. Pois, ao se eximir dessa atuação, não estaria ela simplesmente agindo como cúmplice de tais violências; não estaria ela ignorando, a exemplo dos representantes do sistema neoliberal, os pobres, incapazes de consumir? Ao silenciar diante desse fato, não estaria ela contribuindo para que eles continuem invisíveis?⁹ Ao se calar diante das injustiças, não estaria ela – a igreja - aumentando, assim, o silêncio que os reveste e tornando, por consequência, uma expressão ativa de violência?

Nesse horizonte, afirma Comblin (2011, p. 26), a omissão é o pecado maior da atualidade. Será que a Igreja cristã não tem agido como o sacerdote ou o levita (cf. Lc 10, 25-37), ignorando a violência sofrida pelo próximo, tornando-se indiferente para com o sofrimento das pessoas, esquecendo assim que, esse é o ato violento, e talvez o pior do que qualquer outro? Afinal, “a ação não violenta parte de um conhecimento da ação violenta e cria uma alternativa a ela, superando-a” (BITTAR; ALMEIDA, 2005, p.546).

E ainda, será que a própria Igreja não tem praticado esse ou outros tipos de violência de maneira aberta ou sigilosa tirando o direito, violentando, marginalizando

⁹ Muitas instituições são movidas pelo pensamento neoliberal, que faz da pessoa humana nada mais que um objeto de lucro, em que a teologia é aquela de um deus “pidão”, ganancioso, maldoso e manipulador, que conduz a pessoa cegamente a desfazer de seus bens, em especial dinheiro, como prática de uma verdadeira religiosidade. As propostas são dissimuladas por uma “fé” que vai tornar tal (is) pessoa (s) realizada diante de Deus e dos homens. Mas, se nada der certo, a culpa é da própria pessoa que não teve “fé” suficiente, todas as consequências de fracassos são jogadas à responsabilidade individual. Ainda podemos pensar em questões mais simples, porém comprometedoras à vida, também em nome da fé em que pessoas simples são submetidas a uma vida desprovida, enquanto muitos ostentam, desperdiçam e esnobam do fruto da fé dos fiéis.

aquele que foi feito para ser livre? Ou, diferentemente dessa prática, não teria ela uma ação mediada pela fé que ajude, auxilie, intervenha e denuncie todos os tipos de violência – étnica, racial, ideológica, religiosa, cultural, gênero, física, mental, etc. -, de que o ser humano tem sofrido, buscando assim alternativas que o dignifiquem? Nisso consiste a dimensão da fé de todos que a confessam: tornar o homem imagem e semelhança do Criador Eterno, que governa as coisas todas com justiça.

Essas são as observações feitas, a partir, das Escrituras Sagradas, visando perceber o aspecto da fé como uma ferramenta de fundamental importância na promoção da dignidade e integridade da pessoa humana. Essa fé não se cala, nem se neutraliza diante de sistemas ou grupos que visam oprimir a pessoa; não permite que a indiferença para com os sofrimentos vividos por outras pessoas fale mais alto. Antes, essa fé, faz com que a dor do próximo seja a dor daquele que a confessa. E com isso, manifesta[-se com uma] força que transpõe [as] fronteiras, da desigualdade, da violência, da opressão e da desumanidade (cf. SCHNELLE, 2017, p. 546). Homem e mulher movidos pela fé genuinamente cristã entendem que a criatura de Deus, feita à sua imagem e semelhança, deve ser tratada com dignidade, integridade, humanidade e respeito.

2. Uma fé que preserva a integridade e a liberdade ante as propostas do pensamento neoliberal¹⁰

Não podemos refletir sobre uma fé representativa, uma fé que aponta as injustiças, as desigualdades, ou quaisquer tipos de violência, sem a análise do(s) meio(s) em que surgem ou da(s) causa(s) que originam tais problemas. Com isso, queremos dizer que a fé cristã é, nesse sentido, algo que nos une à pessoa de Jesus e, por esse fato, nos conduz responsabilmente a enfrentar as contradições da história humana, marcadas pela exploração econômica dos menos favorecidos. No contexto atual, faz-se necessário apontar as violações dos direitos da pessoa segundo a lógica do pensamento neoliberal.

¹⁰ O Sistema Neoliberal tem como origem, dentre outros mecanismos, a criação do mercado comum, na Europa na primeira metade do século XX e que vem se instaurando de uma maneira incontrolável nas sociedades que lhe aderem como padrão de desenvolvimento econômico aceitável, tendo como proposta “uma nova natureza de projeto social e político” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8), como também, “o pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio” (HARVEY, 2014, p. 17), visando dentre muitos ideais a concorrência do mercado livre. Conforme Comblin, na condição de ideologia é difundida com maior frequência a partir dos anos de 1970, e vem se tornando “a doutrina oficial que se apresenta como dogma” (cf. COMBLIN, 1996, p. 200). Para um maior esclarecimento e compreensão consultar Dardot e Laval (2016, p. 245-269) e também a obra de Harvey que tem por título: O Neoliberalismo: História e Implicações.

O que queremos dizer até aqui é o seguinte: os pobres estão sendo submetidos a um novo *sistema normativo*, em relação ao qual eles se veem impotentes sem que tenham tempo e energia, preocupados que estão com a própria sobrevivência.

O pensamento neoliberal, tomando como modelo para toda e qualquer ciência as premissas do modelo empresarial, baseado nos três “es” (eficiência, eficácia e efetividade), apresenta-se como hegemônico, a partir do momento em que essas premissas são assimiladas por todas as instituições atingindo em cheio a constituição das subjetividades. Em outras palavras, esse pensamento se apresenta hegemônico quando o sujeito se vê como um empresário de si mesmo, responsável único por seus sucessos e fracassos¹¹. Ele não percebe que está entrando num jogo perverso em que a constatação de seus fracassos dará azo a uma culpabilidade introjetada que isenta a sociedade ou o Estado das causas desse fracasso. É uma violência subliminar que tem se infiltrado nas mais diferentes sociedades, em uma escala crescente e aparentemente incontrolável.

Não é uma agressividade somente física e visível, mas também psíquica, que “mexe com a capacidade racional dos indivíduos, moldando seus comportamentos e se apropriando de suas próprias mentes” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.12). Ainda vemos a agressividade estrutural, quando nos deparamos com ações negligentes por parte do Estado, no cuidado com a vida das pessoas que dele dependem. A lógica neoliberal ataca o Estado de bem-estar social e parece desconsiderar o que consta no artigo XXII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual afirma que “todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade” (DUDH, 1948, p.12). A lógica neoliberal pretende mitigar o dever do Estado de oferecer a cada cidadão o que lhe é de direito constitucional (cf. Art 196, 205 p.e. da CRFB de 1988) visando sua sobrevivência.

O Estado, enquanto instância de manutenção das sociedades e do seu povo, está se eximindo de sua intervenção no cuidado dos cidadãos em todas as esferas de atuação política que lhe compete, e como afirmam Dardot e Larval “Se admitirmos que

¹¹ Poderíamos aqui discutir sobre a realidade do capital humano, uma característica distinta do pensamento neoliberal, que faz com que a(s) pessoa(s) se torne de certa forma uma pequena empresa, em que, todo investimento na sua individualidade para se tornar um bom empreendedor é aceitável, sendo que, viver em uma constante busca de superação de si e do outro independente dos meios, é permitido. Este não é o nosso foco específico e, por este caso, não vemos como necessário tal abordagem neste artigo. Tanto Dardot e Laval como Harvey irão trabalhar esse aspecto em suas respectivas obras.

sempre há ‘intervenção’, esta é unicamente no sentido de uma ação pela qual o Estado mina os alicerces de sua própria existência, enfraquecendo a missão do serviço público precisamente confiada a ele” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.15). A importância das palavras de Dardot e Laval consiste, no fato, de o Estado privar os indivíduos de seus direitos básicos como saúde, transporte, educação, lazer, mantimento, segurança, etc., quando todas essas responsabilidades públicas, a partir do neoliberalismo, ou por conta dele, têm sido entregues a responsabilidades de setores privados dificultando assim, e mais intensamente a salvaguarda dos direitos das pessoas.

Com isso, vemos que não existe mais um princípio de governo preocupado realmente com os interesses, ou melhor, com as necessidades da população. Antes, e lamentavelmente, o que encontramos é uma “grande onda de privatização de empresas públicas e o movimento geral de desregulamentação da economia” segundo Dardot e Laval (Ibidem, p. 197), colocando mais de dois terços da humanidade em dificuldades. O que dizer ainda, do desmatamento, desapropriação, invasão de espaços ocupados por índios, em que os donos do mundo, se veem no direito de, em nome do progresso, roubar e desconsiderar o direito das pessoas sem voz e sem representatividade? Este dever do Estado para com o cidadão não surgiu agora, mas é um princípio estabelecido na história humana em seus diversos contextos¹². O que queremos aqui é afirmar, que o Estado tem o seu dever de justiça, de ordem social, de cuidado para com aqueles que são menos favorecidos e que são condicionados pelo sistema a serem desfavorecidos de quaisquer privilégios, e não tem a condição, em si mesmos, de superar tais realidades de privação e desfavorecimento.

Nesse momento, a nossa atenção se volta para as questões que envolvem e desafiam diretamente os cristãos na sociedade atual, posto que sua fé é imbuída de valores comunitários baseados na solidariedade, na compaixão e na co-responsabilidade frente as injustiças sociais. O pensamento neoliberal, associado ao fenômeno da globalização e os vários mecanismos e dispositivos de poder que lhe estão associados - encurtamento das distâncias, internacionalização da economia, fluxo virtual de capitais, desestruturação das clássicas formas de interação social - mergulham-nos em uma nova

¹² Encontramos pensadores que descreveram sobre o papel mantenedor do Estado, pois é de sua competência, promover a educação, articular a economia de maneira que todos sejam participantes dela, garantir a segurança aos seus cidadãos, assegurar a todos o direito à moradia e à alimentação, etc. A república, uma das mais antigas obras que trabalhou este tema, no diálogo entre Sócrates, Glauco e os demais amigos, vemos uma descrição de um Estado ideal no cuidado com o povo. Ainda se pode recorrer à obra *Utopia*, de Thomas More, que vai trabalhar a realidade do bem-estar social e de uma sociedade justa para todos, em que, se descrevem os desafios das instituições e do homem no meio social, tendo os deveres do Estado descritos pelo mesmo autor.

configuração de sociedade, que vem transformando nitidamente “o cenário social da vida humana” (CASTELLS, 2016, p.61) e se opõe à lógica do Evangelho que impulsiona a Igreja a agir tal qual o Samaritano, como nos lembra o Papa Francisco (EG). Neste contexto desolador, onde encontrar rotas de fuga de uma lógica que parece nos escravizar e da qual temos dificuldade em nos desvencilhar? Valores e regras comuns e necessárias para o bem de toda a população são alterados sem que tenhamos efetivamente a autonomia para recusá-los ou aceitá-los.

Resistir a essa corrente, muitas vezes, agressiva e promotora de agressividade não é coisa fácil, mas se torna possível quando a dimensão para isso é o que denominamos de fé genuinamente cristã, como vimos nas linhas anteriores. As instituições sociais contemporâneas e os sujeitos que as constituem estão cada vez mais submetidos a esse novo tipo de governo, em que as regras são determinadas pelos mecanismos econômicos impostos pela ideologia neoliberal. O fato de o ser humano vir sendo violentado em sua interioridade, é uma causa que deve incomodar todos os homens e mulheres de boa fé, a ponto de despertar o interesse e a vontade de fazer parte da vida destas pessoas que são violentas.

Portanto, ao sermos movidos pela fé em Jesus de Nazaré, somos induzidos a motivar as pessoas a serem direcionadas também por esta fé, de maneira que elas passam a aspirar ao que é verdadeiro, justo, honesto e humano, e não só isso, mas, também induzirem-nas a julgar as coisas de maneira verdadeira e serem comprometidas responsabilmente com o outro e todo o seu meio. Uma fé que nos possibilita o diálogo quanto a esta nova realidade social visa dar uma resposta a tais questões, de maneira que, a dignidade, os valores e a humanidade das pessoas sejam preservados dos ditames do pensamento neoliberal.

E nisto consiste também, ou ao menos deveria, a preocupação e o conhecimento da Igreja, enquanto portadora de uma fé que humaniza. A preocupação e conhecimento que visam superar as injustiças sofridas por estes menos favorecidos de maneira que as estruturas de produção e o próprio capital não sejam um direito de poucos, mas que a privação dos bens seja algo que incomode a mesma Igreja a ponto de agir e fazer alguma coisa, ao menos denunciar como vimos nas linhas anteriores. Assim sendo, o que é preocupante no pensamento neoliberal, é que existe um desejo de liberdade plena a ser alcançado. Isso se dará quando a economia de mercado estiver livre das intervenções do Estado, ou melhor, quando este lhe apoiar plenamente, sobre o discurso de que “a liberdade do mercado seria o fundamento de toda a liberdade”

(COMBLIN, 1996, p.191). Os Direitos Humanos vão sendo minados aos poucos. Contudo, e em consequência disso, Comblin se contrapõe apontando que “Se [houver]¹³ liberdade total do mercado, tudo indica que, ao lado de alguns privilegiados, [haverá] uma massa muito mais expressiva de marginalizados” (Ibidem, p.191).

E, em vista disto, é que afirmamos que a fé diante deste homem secularizado e movido pela racionalidade neoliberal, deve leva-lo a conhecer e compreender a sua história, entretanto, e acima disto, a ver esta história como o lugar da manifestação do Deus criador (Cl 2, 9; cf. Jo 12, 45), proporcionando-o a possibilidade de experiência com este Deus mentor e sustentador da história, que tem em Si, a função de dignificar e humanizar a sua criatura, proporcionando ao mesmo uma verdadeira liberdade, “... em que todas [as] fronteiras e hostilidades [são] superadas” (COMBLIN, 2010, p.30) mediante uma verdadeira fé, vivendo assim, de maneira humana e digna. Onde nem um sistema é capaz de manipular, oprimir e escravizar o mesmo, pois este em sua liberdade, e na condição de portador da imagem e semelhança do seu criador, consegue discernir bem aquilo que lhe é prejudicial.

Conclusão

A fé é de natureza divina e, por consequência, é também portadora de liberdade, dignidade, amor e direitos já garantidos em e por Cristo, em sua expressão ativa. E juntamente com isso, é uma realidade que nos conduz a resistir e renegar todo e qualquer sistema que se manifesta como opressor e dominador da criatura humana. Assim sendo, não estaria, então, essa fé expressa por instituições e grupos religiosos defendendo as pessoas nesse sistema aparentemente agressivo e sustentado pela lógica neoliberal? Não seria ela concretizada, no sentido evangélico, quando as comunidades religiosas, ou mais precisamente aqueles que dizem confessar a fé cristã, se encontrem trabalhando para restituir a dignidade, a liberdade e humanidade às pessoas?

Entretanto, a questão não é só oferecer discursos, pois isso não vai resolver muito, mas pensar caminhos que tornem a dignidade e integridade da pessoa humana verdades e não meros ideais. Comblin afirma que “condenar ou denunciar não adianta” (COMBLIN, 2011, p.20), pois a dimensão da fé está no condicionamento à ação. Nesse mesmo sentido, Comblin também afirma que “sem a mediação de serviços jamais os

¹³ Grifo meu. O autor usa o verbo (houvesse) no tempo pretérito imperfeito.

pobres sairão da sua pobreza” (COMBLIN, 1980, p.40), e é impossível que os violentados se vejam livres das muitas violências sofridas. Sem uma voz que represente os excluídos, eles continuarão sendo excluídos e invisíveis¹⁴. Porém, segundo esse pensamento, podemos ainda complementar dizendo que sem a mediação de uma fé expressiva os homens continuarão sem os seus direitos pela vida. A fé precisa mover seus adeptos para mediação e assim podemos sonhar com uma sociedade mais justa, igualitária e menos violenta; com uma sociedade que pratica a justiça como direito e dever de todos, sendo que esta, conforme Hans Schmid, “[...] faz parte da própria estrutura e textura da criação e não deve ser violada” (1968, apud, BRUEGGEMANN, 2014, p.607).

Portanto, conforme o exposto, vimos que a fé deve expressar e apontar os direitos da pessoa, uma vez que ela é uma dimensão da vida humana que contribui para que os direitos do homem se tornem uma verdade vivida. Para isso, ela precisa ser voz viva onde soa. Como algo pertencente ao homem por dignidade, “os direitos e as liberdades fundamentais” devem ser “protegidos e promovidos pelos governos” como afirma Bittar e Almeida (2005, p.561). Todavia, isso nem sempre acontece. Para isso ocorrer, a fé tem que soar viva na defesa do direito dos pobres e no exercício da liberdade, pois, como direito humano deve ser proporcionado e lutado por uma fé genuína.

Diante de tais fatos, em que o neoliberalismo está promovendo sérias fragilidades nas estruturas sociais “não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais, mas das divisões de trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas e dos hábitos do coração” (HARVEY, 2014, p.12), a fé pode ser uma boa resposta para proteção do homem e da mulher, na condição de criaturas de Deus, diante do que há de prejudicial nessa nova lógica.

O ideal desta discussão foi mostrar que uma fé verdadeira e voltada para Cristo favorece e enaltece o ser humano, enquanto semelhante ao Seu criador, como aspecto crucial à existência do próprio ser, configurando-se numa das principais funcionalidades da fé. O que tentamos apontar aqui é exatamente um questionamento quanto à fé, frente a toda essa realidade de violação da integridade da pessoa humana na sociedade atual. Todos os que professam essa fé deveriam cooperar e se posicionar ao lado das lutas pela

¹⁴ Podemos aqui também fazer uma alusão à perícopa de São Mateus 9,35-38, em que vemos Jesus quebrando esse sentimento de invisibilidade pelos menos favorecidos, pelos miseráveis e abandonados pela sociedade como um todo. Ensinando que a vida não pode ser desconsiderada em tal proporção de modo algum.

libertação dos que se situam à margem da sociedade, destituídos de quaisquer mecanismos opressores e violentos.

Referências

- BÍBLIA. Português. *A Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BITTAR, E. C. B.; ALMEIDA, G. A. *Curso de Filosofia do Direito*. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2005.
- BRUEGGEMANN, W. *Teologia do Antigo Testamento: Testemunho, Disputa e Defesa*. São Paulo: Paulus/Academia Cristã, 2014.
- CASTRO, C. P. *Por uma fé cidadã: A Dimensão Pública da Igreja; Fundamentos para uma Pastoral da Cidadania*. São Paulo: UMESP/Loyola, 2000.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz & Terra, 2016.
- _____. *O Poder da Comunicação*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- COMBLIN, José. *A liberdade cristã*. 2ª edição, São Paulo: Paulus, 2010.
- _____. *Cristãos Rumo ao Século XXI: Nova caminhada de libertação*. 4ª edição, São Paulo: Paulus, 1996.
- _____. *Desafios Aos Cristãos do Século XXI*. 4ª edição, São Paulo: Paulus, 2011.
- _____. *Pastoral Urbana. Revista Teologia em Diálogo*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *COMUM: Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. 5ª edição, São Paulo: Loyola, 2014.
- KAEFER, J. A.; JARSCHHEL, H. [Orgs]. *Dimensões Sociais da fé do Antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- ROSSI, L. A. S. *Espiritualidade Bíblica e Transformação Social*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.
- SCHNELLE, U. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2017.
- SELLIN, E.; FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2007.
- SILVA, A. P. E. (Org). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 4ª edição, São Paulo: IGLU, 2004.
- SOUZA, A. R. *A teologia da cidade segundo José Comblin*. REB - Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, RJ, n.295, p.564-598, Jul. 2014. ISSN 0101-8434.

*Recebido em: 10/09/2019
Aprovado em: 23/10/2019*